Insper Instituto de Ensino e Pesquisa
Faculdade de Economia e Administração

João Luiz Machado Paschoal

O LIBERALISMO NA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA

São Paulo
2013

João Luiz Machado Paschoal

O liberalismo na economia política clássica

Monografia Parcial apresentada ao curso de Ciências Econômicas, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel do Insper Instituto de Ensino e Pesquisa.

Orientador:
Prof. Dr. Fernando Ribeiro Leite Neto – Insper

São Paulo
2013

MACHADO PASCHOAL, João Luiz
O liberalismo na economia política clássica. – São Paulo: Insper, 2013.

Monografia: Faculdade de Economia e Administração. Insper Instituto de Ensino e Pesquisa.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Ribeiro Leite Neto

1.Liberalismo 2. Economia Política 3. Instituições

João Luiz Machado Paschoal

O liberalismo na economia política clássica

Monografia apresentada à Faculdade de Economia do Insper, como parte dos requisitos para conclusão do curso de graduação em Economia.

EXAMINADORES

Prof. Dr. Fernando Ribeiro Leite Neto
Orientador

Prof. Dr. Carlos Alberto Furtado de Melo
Examinador(a)

Prof(a). Dr(a). Roberta Muramatsu
Examinador(a)

Agradecimentos

Agradeço, especialmente, ao meu orientador, Prof. Dr. Fernando Ribeiro pelos ensinamentos nos últimos anos, os quais levarei comigo ao longo de toda minha carreira, dado carinho e paciência com as quais me ensinou e me mostrou os caminhos que nos permitem desenvolver um trabalho sério e com propósito. Aos professores que participaram direta e indiretamente do meu crescimento ao longo dos anos na faculdade e as pessoas que me mostraram que qualquer objetivo é alcançável, independentemente dos percalços que existam no caminho.

> "Modern professors of economics and ethics operate in disciplines which have been secularised to the point where the religious elements and implications which were once an integral part of them have been painstakingly eliminated... [Scholars] either put on mental blinders which hide from their sight these aberrations of Smith's thought, or they treat them as merely traditional and in Smith's day fashionable ornaments to what is essentially naturalistic and rational analysis… I am obliged to insist that Adam Smith's system of thought, including his economics, is not intelligible if one disregards the role he assigns in it to the teleological elements, to the "invisible hand." Jacob Viner, The Role of Providence in Social Order

Dedicatória

Aos meus pais e a meu eterno grande amigo Felipe Vieira Castamann, cujo apoio jamais esquecerei

Resumo

MACHADO PASCHOAL, João Luiz. O liberalismo na economia política clássica. São Paulo, 2013. Monografia – Faculdade de Economia e Administração. Insper Instituto de Ensino e Pesquisa.

Na teoria econômica moderna, o liberalismo é caracterizado por aspectos tais que o fazem se distanciar do liberalismo proposto nas primeiras formulações da teoria econômica clássica, quando esta ainda via na política e na filosofia uma forma de melhor compreender as relações entre sociedade e trocas econômicas. O liberalismo contemporâneo apresenta-se como um sistema onde deve haver o mínimo de participação governamental na economia, através da desregulamentação das trocas econômicas, liberdade ao agente e crença no sistema de livre mercados. O liberalismo econômico clássico, por outro lado, constitui-se a partir de diferentes concepções e visões de mundo: liberalismo clássico atribuía ao Estados e às instituições formais e informais papel primordial para o sucesso do desenvolvimento econômico e social. No liberalismo clássico, cujas raízes estendem-se às lutas pela liberdade de culto religioso no Europa Ocidental ao longo dos séculos XVI e XVII, o indivíduo coloca-se como o que realmente é: membro de um todo maior, a sociedade. Ainda que estruturalismos não se desenhem na história intelectual anterior ao século XIX, tinha-se claro na aurora do liberalismo que os diversos conjuntos de características morais e éticas (o Direito Natural) constituíam os valores que sustentava a formulação das instituições formais e informais.

Palavras-chave do JEL: Liberalismo, Economia Política, Economia Clássica.

Abstract

MACHADO PASCHOAL, João Luiz. Liberalism in the classical political economy. São Paulo, 2013. Monograph – Faculdade de Economia e Administração. Insper Instituto de Ensino e Pesquisa.

In modern economic theory, liberalism is described by such aspects that put it away from the liberalism proposed in the first classical economic theoretical formulations, when this trend saw in politics and philosophy the best way in order to describe the relationship between society and economic behavior. Now it is pictured as a system where it should have the least governmental intervention in the economy, through market deregulation, freedom and a blind belief over the forces of the free Market, whereas classical economic liberalism was described particularly different. Classical liberalism, on the other hand, constitutes itself as a composition of different ways of explaining the world: classical liberalism saw in government and institutions, its first row to achieve economic and social development, regarding the human being as one part of the hole, the society. In classical liberalism, whose basis lies in the rupture of the human reason from the chains of religion philosophy on Europe between the 16th and 17th century, the actor – as the individual – places himself as what he should be: the member of something bigger than himself, that is, the society. Although structuralisms were not formulated before the 19th century, it was clear that in the dawn of the liberal thought that a group of moral and ethical characteristics would be the values, which would support the rules of formal and informal institutions.

Keywords: Liberalism, Political Economy, Classical Economy.

Sumário

1 **Introdução** 12

2 **O liberalismo na obra de Adam Smith e David Hume**. 17

3 **O Aspecto Multidisciplinar – A Genealogia da Mão Invisível em Adam Smith** 25
.
4 **O retorno às origens**... 32

5 **Referências.** 33

1 Introdução

Na aurora do pensamento econômico como disciplina científica autônoma em relação à Filosofia Moral, os teóricos clássicos viam no estudo filosófico, social e político algo essencial para compreender de forma mais completa a razão, a motivação dos homens e os caminhos pelos quais poder-se-ia seguir em direção à prosperidade e à liberdade. Chamada então de Economia Política Clássica, o estudo multidisciplinar, tendo em mente que a evolução da economia é decorrência da transformação social, era a ferramenta utilizada pelos principais teóricos nesse período.

Durante os séculos XVII-XVIII, diversos foram os autores que devotaram considerável atenção ao desenvolvimento de teorias que tinham como objetivos identificar, explicar e propor as causas do desenvolvimento social e econômico. Predominou, nesse período, o estudo multidisciplinar, voltado à filosofia moral, com forte influência dos ideais iluministas. Autores como John Locke (1632-1704), Rousseau (1712-1778), Montesquieu (1689-1755), David Hume (1711-1776), Adam Smith (1723-1790), entre outros publicaram obras que formariam a base da economia clássica. Apesar de não terem convivido juntos, com exceção de Hume e Smith, as teorias por eles desenvolvidas tinham ideais bastante similares e o objeto de análise idêntico. Entender e explicar a evolução da sociedade, a melhor forma de regê-la e como propor orientações tais que culminassem no melhor desenvolvimento, mais justo e equânime.

Ao longo dos séc. XVII e XVIII houve na Europa uma transformação cultural, em que, através das formulações da física, procurou-se explicar o homem e sua posição na sociedade através da razão. Esse período ficou conhecido na história como Iluminismo. Como definiu CERQUEIRA (2006) [1], o iluminismo era o ato de defender a ciência e a técnica mecânica como “meios de melhorar a condição material e espiritual da humanidade”. Essa forma de pensar procurou quebrar as superstições ético-religiosas, através da procura do direito natural do homem, natural no sentido de natureza, tal que o homem seja como foi criado, para que este encontre seu equilíbrio e a partir disso se desenvolva. Usou-se a razão como meio para encontrar esse equilíbrio natural, na luta contra os fatos que procuram corromper essa ordem. D’Alembert ([17XX], 1994) [2] bem definiu a revolução científica que fora gerada pelo Iluminismo, explicitando a característica de mistura da questão científica, racional e filosófica dessa escola:

> “A ciência da natureza adquire a cada dia novas riquezas; a geometria, ao ampliar seus limites, transportou seu facho para as

> regiões da física que se encontravam mais perto dela; o verdadeiro sistema do mundo ficou conhecido, foi desenvolvido e aperfeiçoado. (...) Com ela, quase todas as outras ciências adquiriram novas formas e, com efeito, era imprescindível que o fizessem. [...] Essa fermentação, agindo em todos os sentidos por sua natureza, envolveu com uma espécie de violência tudo o que se lhe deparou, como um rio que tivesse rompido seus diques."

Dessa forma, a evolução da física natural e sua abordagem racional foi importada pelas demais ciências na busca pela racionalização do mundo. Não somente o campo das ciências exatas foi, então, influenciado pelo Iluminismo. A filosofia procurou então utilizar o ferramentário lógico/racional para compor suas obras.

Uma das primeiras demonstrações da influência iluminista no berço da ciência econômica foram as obras dos autores fisiocratas. Os fisiocratas (governo da natureza), cujo mais famoso expoente fora François Quesnay (1694-1774), tinham como objetivo estudar o sistema econômico em seu conjunto, como um organismo vivo, regido por leis naturais. Ainda, acreditavam haver uma ordem natural que, quando não perturbada, permitira à sociedade alcançar o estado estacionário em seu nível natural, que seria a forma máxima de desenvolvimento (QUESNAY, [1759], 1983).

Exemplo disso esta no modelo econômico de distribuição de renda criado por Quesnay[3], cuja inspiração deu-se para imitar a ordem natural que compõe o próprio homem. Seu sistema de circulação de dinheiro seria um retrato da circulação e da ordem que rege o corpo do homem. Seguindo então esse ideal natural, assim deu-se uma das primeiras contribuições do iluminismo à economia.

Além do campo propriamente econômico, outro teórico que, por meio dos nascentes ideais iluministas, formulou teses que mais tarde influenciariam a economia clássica foi John Locke (1632 – 1704). Sua contribuição foi maior na Ciência Política, John Locke postulava que a liberdade individual legitimava o controle do produto gerado por empregados ao empregador, e via ainda, acerca do respeito aos direitos de propriedade, a delimitação dessa condição como *sine qua non* ao desenvolvimento do comércio (LOCKE, [1697], 1983).

Com Locke, o iluminismo encontrava a política e a busca pela questão natural levou a crença de que não somente no campo das teorias dever-se-ia compreender o que é natural, mas deveria extrapolar o campo teórico e buscar medidas, na pratica, para por em uso e permitir o alcance natural da ordem e progresso civil.

Dessa forma, por cada autor até então citado, pode-se perceber que o iluminismo foi uma transformação que moldou as diversas formulações teóricas produzidas no período e foram essas formulações que influenciaram o autor máximo do liberalismo iluminista na economia clássica, Adam Smith (1723 – 1790).

Adam Smith, tido como pai do liberalismo econômico, defensor do livre mercado, formulador da mão invisível, ferramenta essa que comprovaria a eficácia do mercado de se auto-regular, formulou teorias não apenas econômicas, mas também filosóficas e políticas, como muitos economistas contemporâneos teimam em esquecer. Um dos questionamentos à época foi o grau de liberdade a ser atribuída ao indivíduo sem que houvesse qualquer prejuízo à vida social. Algumas condições culturais seriam necessárias para que houvesse uma evolução e transformação social que criasse as bases para atingir tal objetivo. As raízes de tal movimento seria aquilo perpetuado pelo próprio iluminismo, uma união entre razão, ciência e o natural.

Ao final da idade média, a sociedade europeia vinha passando por uma transformação, com a aproximação entre preceitos religiosos e questoues mercantis, através da nascente classe burguesa. Com o advento da classe mercantil sobre a decadente aristocracia, desenvolveu-se os preceitos que seriam a base das formulações de Smith e outros teóricos clássicos, como a ideia de liberdade, mas liberdade do indivíduo, ou como definiu Screpanti e Zamangi (20XX), "a autonomia do indivíduo sob as prerrogativas do absolutismo.

Nesse contexto surgiu também o conceito de um Estado constitucional, que limitava os poderes do monarca e propôs as primeiras formulações legais quanto a regulação mercantil. A fuga do indivíduo dos preceitos cristãos, que limitavam o desenvolvimento mercantil viu no humanismo a base filosófica para construir as fundições de uma nova sociedade.

> "Freedom is an essential condition for this hero's existence (indivíduo como agente mercantil), but even more essential is the set of human and institutional relations which makes that freedom possible. For economic freedom is impossible without political freedom."

Foi quando consolidou-se essa nova filosofia que Adam Smith, em A Riqueza das Nações ([1776], 1981)[4], procurou explicar como uma nação alcançaria o desenvolvimento econômico, mas sem deixar explicito quais eram os pré-requisitos para tanto. O autor fizera isso em outras obras, como em Teoria dos Sentimentos Morais ([1750], 1982)[5], onde "explica

a natureza da ambição econômica e as causas subjacentes ao nosso desejo de bens externos" (GIANNETTI, 1994).

Tomar como ponto de partida um estudo acerca do liberalismo econômico uma única obra de um autor, no caso *A riqueza das Nações* seria limitar e muito o escopo da análise. A teoria econômica clássica é muito mais diversa e a própria teoria smithiana de progresso é muito mais rica do que aparentemente descrita no livro. As características de liberalismo explicitadas no seu tratado econômico são muito mais complexas do que aparentam, como a mão-invisível, cujo significado contempla muito mais do que o simples auto-interesse, como definiu EVENSKY (1993),

> "(...) in Adam Smith's moral philosophy, the invisible hand has a much broader responsibility: if individuals are to enjoy the fruits of a classical liberal society, the invisible hand must not only coordinate individuals' choices, it must shape the individuals into constructive social beings – ethical beings"[7]

Assim sendo, o presente trabalho não tem como pretensão procurar uma nova explicação para as teorias clássicas, mas sim elucidar o que parece ser um ponto cego na forma pela qual os *interpretes e defensores* liberais analisam determinadas medidas tendo como embasamento as teorias econômicas modernas, que se apropriaram de excertos da teoria clássica para sustentar uma forma de liberalismo que foge daquilo que um dia fora vislumbrado pelos autores econômicos clássicos.

A interpretação dos autores clássicos resume-se ao senso comum e os ideais liberais são aqueles, de acordo com os *policy-makers* atuais, que propõe a liberdade irrestrita dos agentes e o mínimo de governo possível. Entretanto, o que se procurará demonstrar é que, no nascer da ciência econômica, o ideal do liberalismo era um que via o ser humano como um ser falho, de forma que a liberdade irrestrita não necessariamente levaria ao ótimo social. Adam Smith discute esse ponto em *Teoria dos Sentimentos Morais*, ao discorrer sobre a questão dos indivíduos pródigos e prodígios e como essa diferença, quando não atentada, pode ser maléfica à economia (SMITH, [1750], 1981). Liberdade deve ser buscada, mas condicional a limitação humana.

Há de se compreender a forma como evoluiu o pensamento clássico até Smith e como o estudo filosófico e social foi determinante na construção da primeira teoria econômica. Para tanto, nas seções seguintes procurará detalhar as formulações liberais dos três principais autores do período, como Locke, Hume e Smith, como suas formulações estão interligadas e

qual a relevância da compreensão de fatores como cultura, instituições – o contrato social – é a base através da qual Smith produziu suas formulações econômicas.

Por fim, há a genealogia da mão invisível pois, apesar de muito ser um assunto tratado por diversos autores (citar alguns), acredito que a mão invisível representa um conceito que engloba toda a produção intelectual de Smith. A ferramenta que, de acordo com ele é a força que orienta a sociedade ao equilíbrio, tem por trás uma conjunção de fatores que englobam outros campos da ciências sócias, além de conceitos mercantis e é o espelho da multidisciplinariedade na qual a Ciência Econômica está formulada.

.

.

2 O liberalismo na obra de Adam Smith e David Hume

> "All men are sensible of the necessity of justice to maintain peace and order; and men are sensible of the necessity of peace and order for the maintenance of society. Yet notwithstanding this strong and obvious necessity, such is the frailty or perverseness of our nature! It is impossible to keep men, faithfully and unerringly, in the paths of justice. Some extraordinary circumstances may happen, in which a man finds his interests to be more promoted by fraud or rapine, than hurt by breach, which his injustice makes in the social union. But much more frequently, he is seduced from his great and important, but distant interests, by the allurement of present, though often very frivolous temptations. This great weakness is incurable in human nature." (HUME, David, 1987)
> "No man during, either the whole of his life, or that of any considerable part of it, ever trod steadily and uniformly in the paths of prudence, of justice, or of proper beneficence, whose conduct was not principally directed by a regard to the sentiments of the supposed impartial spectator, of the great inmate of the breast, the great judge and arbiter of conduct." (SMITH, Adam, 1982)

As citações acima foram selecionadas não por acaso. Ambas demonstram a compreensão da sociedade e do ator social e econômico a qual tanto Adam Smith como Hume tinham em mente. A construção de suas teorias liberais, cujo foco de análise consistia nas ações do indivíduo, tinha como base um estudo preciso e minucioso da natureza humana, das características daquele que é o mecanismo de funcionamento das engrenagens que representam o sistema econômico. Antes, porém, de Adam Smith formular seus postulados econômicos que consistiriam no argumento da estabilidade autônoma da dinâmica e da coesão social que se traduz, entre outros na defesa da economia de mercado, John Locke deu os primeiros passos para a base dos fundamentos econômicos liberais.

Surgido no séc. XVII, com o intuito de deslocar o foco da filosofia social em direção ao indivíduo, o liberalismo teve, na Inglaterra, como primeiro grande arauto, John Locke. Suas obras demonstram uma característica que é compartilhada por todos teóricos liberais, sendo a dualidade indivíduo e sociedade e a forma como construir um contrato social onde a liberdade do agente seja preservada, mas que ao mesmo tempo seja possível tornar o ambiente propicio para o desenvolvimento da vida em sociedade. A princípio, no Estado de natureza, observou RIBEIRO (19XX), "caracterizado pela plena igualdade e liberdade, vige a lei de natureza, que é a razão. Esta enseja os homens a preservar, em primeiro lugar, a própria vida, a liberdade, a

saúde e os bens, conjunto designado como propriedade." Era através do contrato social entre indivíduo e o governo, de acordo com Locke, que se formavam as bases do desenvolvimento social. Ou seja, no princípio o próprio agente já deveria abdicar de parte de sua liberdade como agente em troca de um sistema mais equilibrado e previsível. Em troca dessa abdicação, haveria espaço para o agente desenvolver-se socialmente mas também monetariamente pois em parte, Locke colocava o indivíduo como centro da sua filosofia através daquela que foi uma das suas maiores contribuições à formação da teoria econômica clássica, a legitimação da propriedade privada, conceito base para as etapas de evolução social de acordo com Smith. Vale, contudo qualificar essa proposição. A propriedade, como se apresenta a seguir, refere-se antes e fundamentalmente ao corpo com receptáculo real e indivisível do conjunto de direitos naturais inalienáveis do indivíduo. Um desses direitos é o direito a propriedade do produto do próprio trabalho e como observou RIBEIRO (19XX), "o primeiro impulso em direção ao estado civil, relaciona-se a precariedade de se usufruir de maneira satisfatória e segura da propriedade (vida, liberdade, saúde e bens) no estado de natureza", ou seja, fica evidenciado a importância e relevância da constituição da propriedade para a transformação social. De fato, assim deve ser para que, na constituição do Estado, a prosperidade possa ter lugar sob a égide da estabilidade das relações de propriedade. Vale também indicar, que essa proposição lockeana não representa, como viria a ser colocado pelas correntes socialistas no século XIX ou por leituras mais apressadas de corte liberal, a irrestrita defesa da apropriação do produto do trabalho de outro indivíduo.

Ao declarar que,

> "(...) every man has a property in his own person. This no body has any right to but himself. The labour of his body, and the work of his hands, we may say, are properly his. Whatsoever then he removes out of the state that nature hath provided, and left it in, he hath mixed his labour with, and joined to it something that is his own, and thereby makes it his property"(LOCKE, 2003)

Locke legitimou a venda da força de trabalho do indivíduo para, por exemplo, o dono do capital que possui uma indústria de manufaturados e em troca obteria um salário. Essa transformação demonstrava a irracionalidade do trabalho servil. Mas não somente no campo da força de trabalho do indivíduo, como também na propriedade privada Locke defendeu os mesmo ideais. Sendo a terra comum a todos os homens e sendo cada ator dono de si mesmo, então o trabalho por ele gerado é de propriedade dele, de forma que tenha ele trabalho em qualquer coisa cuja origem é comum a todos os homens, isso lhe concede o direito de declarar

o resultado do seu trabalho como um objeto dele. Dessa forma, se por exemplo esse agente trabalhou ao arar uma terra que se encontrava em seu estado de origem, o resultado do seu trabalho, como o cultivo dessa terra, dava-lhe o direito de declarar posse sobre o terreno.

A evolução gerada por esse sistema permitiu o desenvolvimento do homem em si como ator social. O contrato social delimitava os limites entre o público e o privado, mas com o desenvolvimento da atividade econômica e da produtividade, contratos entre os agentes passaram a ser escritos de forma informal, delimitando as fronteiras das posses de cada um, ou como descreveu Locke em sua obra Escritos Políticos (1764) "(...)by consente, they came in time, to set out the bounds of their distinct territories, and agree on limits between them and their neighbours". Dessa forma, o que começou como um contrato formal entre o agente e a sociedade – representado pelo Estado que, em especial em Locke, assume a forma de Assembleia– ao longo da sua transformação gerou diversos contratos informais que auxiliaram na preservação das regras e no desenvolvimento da sociedade.

Fortemente influenciados pelas obras de John Locke, Smith e Hume perceberam, de forma mais sensível do que Locke, que a liberdade, sendo um bem inestimável que deve ser mantido a todo rigor, acabaria por gerar potenciais conflitos na convivência social. Por qual razão? Pela natureza hostil e falha do homem.

David Hume procurou trabalhar esse conflito em suas obras, como fica claro pela leitura do excerto transcrito no início dessa seção. Para Hume, o liberalismo seguia linha similar àquela proposta por Locke, mas diferentemente do último, Hume era mais pessimista quanto à natureza humana e via nas falhas de caráter uma característica perversa do ser humano que estaria sempre de prontidão para se aproveitar do outro. Tendo em mente que o agente nascia em uma família e por essa razão estava inclinado, naturalmente, ao convívio em sociedade, da mesma forma se dava o progresso da sociedade, pois era através – de novo – de um contrato social, entre o agente e a sociedade, que se estabelecia a ordem e justiça, onde na ausência dessas, não haveria convívio pacifico e a sociedade mais se assemelharia ao convívio animal.

Até então parece haver forte similaridade entre o proposto por Hume e Locke, porém onde ambos se distinguem se dá na definição do papel do Estado e, ainda, na percepção do que este representa a sociedade.

Em sua obra, Hume define o Estado como fundamentado em opinião, sendo essa composta por três subtipos: opinião de interesse, opinião de direito de governo e opinião de direito à propriedade. Opinião de interesse diz respeito a percepção vantajosa para os cidadãos de que o sistema empregado e vigente de governo é tão ou mais vantajoso que qualquer outro tipo. Opinião de direito de governo diz respeito à legitimidade do governo vigente e quão mais

enraizado for, na sociedade, essa legitimação, mais fortalecido seria o governo. Por fim, opinião de direito à propriedade cuja definição assemelha-se muito àquela proposta por Locke, no que diz respeito que o Estado não pode impor sua vontade de tal forma a romper o elo de liberdade que cada indivíduo possui de si mesmo.

O interessante a notar aqui é que Hume parece descrever que não obstante a existência de um contrato social entre os indivíduos, tal contrato deve ser fundamentado em três vertentes que representariam as características culturais da sociedade em questão, seus aspectos morais e éticos. Parece haver uma preocupação, por parte de Hume, em que haja um casamento entre as crenças e costumes dos indivíduos de forma geral e a sociedade, de tal forma que fique claro a razão pela qual cada ser estaria abrindo mão de parte de sua liberdade em troca do benefício da ordem e estabilidade. Isso parece claro quando observamos o que Hume diz a respeito a governos tirânicos, por exemplo, os quais não refletem os anseios do povo. Para Hume, até que haja simetria entre as cláusulas do contrato e os aspectos morais e éticos do agente, a história se dará por conflitos e quedas do governo, até que se estabeleça ali o equilíbrio, como podemos perceber na passagem onde Hume reflete acerca de eventual privilégio dado a um príncipe tirano,

> "But though the constitution pays this salutary compliment to the prince, it can never reasonably be understood, by the maxim, to have determined its own destruction, or to have established a tame submission, where he protects his ministers, perseveres in injustice, and usurps the whole power of the commonwealth. (…) but as a right without a remedy would be an absurdity; the remedy in this case, is the extraordinary one of resistance (…)" (HUME, David, 1978)

O papel do governo na teoria de Hume seria o de órgão pelo qual a sociedade encontraria ordem e estabilidade e aquele que teria legitimidade ao limitar a liberdade de cada cidadão, porém, o governo em si estaria limitado aos anseios de cada agente em si. Se tomarmos um agente específico que represente os padrões e características comuns da sociedade em questão, o Estado está limitado em termos de ação através desses aspectos e qualquer orientação que tome que vá de encontro a esses anseios, tem como resultado o conflito e a instabilidade.

Dessa forma, David Hume aborda um liberalismo condicional. Primeiro, ele concorda com Locke quando diz que para que haja estabilidade e ordem, há a necessidade de um contrato social que por si limite as ações do indivíduo, mas Hume vai além e inclui o condicional que é a manutenção do contrato de acordo com os anseios dos cidadãos ou ainda, da ágora. Todo governo é fundado, para Hume, sob um contrato o qual deve respeitar. Há na teoria de Hume,

inclusive, considerações como a igualdade de tratamento entre todos os homens perante o Estado e seus braços legais, e como isso é primordial para seu funcionamento, como o caso do príncipe que procurou privilegiar certos magistrados e acabou gerando conflito social.

A igualdade e preocupação de Hume com relação aos diferentes indivíduos e como o governo deve fazer tamanho esforço para perseguir uma política que abrange os cidadãos, se reflete na contestação que o próprio autor faz da teoria até então em vigor que diz que aqueles que não aceitarem o contrato, estão livres para sair. Ora, se somos livres, teríamos essa escolha mas Não!, diz Hume, que corretamente percebe que a liberdade de cada um é condicional ao contrato, que por sua vez é condicional ao povo em questão, não é universal, de tal forma que não necessariamente um ser que não se adeque deva ser então marginalizado, ou as forças naturais fariam equilibrar e manter aqueles que se adequam somente ao contrato.

> "Can we seriously say that an artisan has a free choice to leave his country, when he knows no foreign language or manners, and lives from day to day, by the small wages which he acquires? We may as well assert that a man, by remaining in a vessel, freely consents to the dominion of the master; though he was carried on board while asleep, and must leap into the ocean, and perish, the moment he leaves her." (HUME, David, 1978)

Hume responde à sua própria pergunta de forma brilhante e expõe uma característica da sua obra que o distingue de seus predecessores: a realização do contrato e da liberdade como condicionados aos traços morais e éticos do povo em questão. Hume não aborda tal tema explicitamente em nenhum tratado que tenha produzido, mas deixa claro o papel relevante da cultura na formação da sociedade. Assim o liberalismo em Hume se diferencia dos demais e é pela junção desse fator que Smith, seu discípulo, construíra sua teoria econômica liberal.

Adam Smith, como discípulo de Hume, segue os mesmo princípios daqueles defendidos por Hume, e produz grande parte do seu trabalho na preocupação em entender a natureza humana. Smith estudou ao longo de sua vida diversos campos teóricos, como filosofia, sociologia, astronomia, justiça, entre outros, de tal forma a compreender as forças sociais que dão origem à competição, troca e ao desenvolvimento dos mercados. O que Smith sabiamente percebeu é que em uma economia movida por trocas e acúmulo de capital, o processo de desenvolvimento do sistema em questão está intrinsicamente ligado àquele da formação da própria sociedade, como ele demonstra em seu tratado sobre economia em que as civilizações possuem estágios de desenvolvimento que podem ser observados através da forma como o sistema de troca se dá. Smith procura reconhecer o papel portado pela relação aparentemente

harmoniosa, entre o egoísmo do indivíduo e como este é influenciado pelas reações que tal comportamento gera na sociedade.

Apesar de notoriamente reconhecido como pai da economia moderna, através de sua obra "A Riqueza das Nações", seu tratado sobre economia reflete, na verdade, o resultado de toda uma obra buscando entender a natureza humana e suas motivações. Isso fica claro ao longo da leitura de outra grande obra de Smith, A Teoria dos Sentimentos Morais (1759), onde Smith constrói sua filosofia moral e reconhece que – e isso o diferencia de Hume e demais autores do período – o homem é perverso em sua natureza e a construção e formulação de um contrato social é necessário para que haja ordem na sociedade, concorda Smith com Hume e Locke, mas não só isso. Smith vai além e explica que o comportamento do agente é moldado de acordo com as reações das pessoas próximas a ele, de tal forma que ele se sente inibido a tomar um tipo de comportamento ou outro. Não existe apenas o egoísmo e o contrato social que, por consequência, trariam a ordem e progresso civilizatório. Como uma pessoa dotada de sentimentos, o agente por mais perverso que seja em sua natureza sente o que Smith denomina simpatia, como fica claro logo no início de seu tratado sobre filosofia moral,

> "How selfish soever man may be supposed, there are evidently some principles in his nature, which interest him in the fortune of others, and render their happiness necessary to him, though he derives nothing from it expect the pleasure of seeing it."(SMITH, Adam, 1982)

Ou seja, o agente age de acordo com seus próprios interesses, mas carrega junto às suas decisões um condicional que se refere às consequências, para aqueles próximos a ele, das suas ações. Enquanto Hume parece inferir que o contrato social é condicional as variantes culturais, Smith preocupa-se mais em avaliar os condicionantes à ação do próprio indivíduo uma vez inserido no ambiente do contrato, sem deixar de lado o papel que o contrato possui na organização da sociedade, e como isso influenciaria o desenvolvimento social. Como um expoente do iluminismo, Smith via na liberdade do indivíduo o caminho para o progresso social.

A definição de Smith à simpatia é de extrema importância, pois ela revela que Smith é erroneamente aclamado como pai do egoísmo na esfera econômica. Ele tinha em mente que as forças por trás das motivações individuais era regrada de preocupação por terceiros, dependia dos aspectos morais e éticos ao qual o agente estava inserido, de tal forma que seu processo racional não era simplesmente equacionar os ganhos a si próprio, mas sim eram resultados de uma reflexão moral.

Assim sendo, Smith vai além no que tange o estudo profundo da natureza moral e ética do homem. Preocupado em entender os mecanismos por trás das motivações individuais, Smith procurou, também, entender como se davam as relações que a causalidade social gerava no ambiente econômico. Sua descrição da evolução da sociedade, apresentada na primeira parte de *A Riqueza das Nações*, pode ser interpretada como uma analogia à sua filosofia moral, onde os estágios de desenvolvimento são descritos conforme o sistema econômico em que o agente está inserido, mas que por traz dessa evolução – resultado, de acordo com Smith, da divisão do trabalho - há também conquistas civilizatórias que permitiriam o avanço econômico. O avanço econômico estaria, então, atrelado ao desenvolvimento da sociedade, pois "o que em uma sociedade em estágio primitivo, é o trabalho de uma única pessoa, é o de várias em uma sociedade evoluída" (SMITH, Adam, 1981). Por mais que, em A Riqueza das Nações, Smith trate meramente de aspectos econômicos e as relações entre os agentes, suas motivações e suas crenças impõe restrições ao comportamento adotado.

Fazendo, dessa forma, a ponte entre o estudo social e estudo econômico de forma única e extremamente minuciosa, Smith se destacou entre os pensadores de seu tempo e terminou por receber a alcunha de pai da economia moderna e pai do liberalismo econômico. O que se nota, porém, é a pouca relevância atribuída aos seus trabalhos anteriores, que formaram a base daquilo que ficou mais conhecido. Prova da complexidade do estudo das obras de Smith, é a definição atribuída por Screpanti quanto as muitas facetas de Smith.

Em An Outline of the History of Economic Thought, Screpanti define Smith como um economista com três almas, sendo elas institucionalista, macroeconomica e microeconomica. As duas últimas tratam, basicamente da teoria do lucro e a teoria do equilíbrio competitivo pautado no individualismo dos agentes. Aparentemente uma abordagem matemática, Smith engloba nessa discussão componentes de seu trabalho de analise social, como a distribuição de renda, o comportamento dos agentes, a definição de valor e, o mais importante, o papel da Mão Invisível. Screpanti define essa última como a faceta microeconômica da teoria smithiana.

Numa primeira leitura, poderiam surgir questões quanto à definição do termo mão-invisível, seria um mecanismo meramente econômico? Que forças estariam por trás desse movimento que, como fim, tem o equilíbrio mercantil? A próxima seção dissecará mais em detalhes o processo intelectual por de trás da mão-invisível, mas por hora é suficiente, ainda de acordo com Screpanti, que para Smith, não era um egoísmo puro que caracterizava essa força, mas que o ser humano (i.e. agente econômico) é um ser com múltiplas facetas, "cuja alma era

caracterizada por diferentes e contrastantes sentimentos. De forma geral, há sentimentos egoístas bem como altruístas."

O contrato na obra de Smith, então, considera que o ser humano é dotado de sentimentos, não há um egoísmo puro mas sim condicionado à crenças morais e éticas. De forma geral, o agente smithiano é aquele cujos sentimentos englobam o desejo de melhorar sua própria vida, mas aliado a isso o desejo de melhorar a vida em sociedade – aqui entraria as questões de orgulho e honra – o desejo de ser admirado por outros – vaidade – o desejo de acumular riquezas – avarice – o desejo de poder e o de dominação. Claramente, se num mundo onde cada um busque seu próprio bem, o caos surgiria, dado que esses sentimentos acabariam por chocar-se com o mesmo de outros da mesma sociedade e conflito seria o resultado mais provável. Fica claro, dessa forma, que para Smith o comportamento egoísta por si não é suficiente para que se alcance o bem-estar geral da sociedade. Simpatia e consideração pelos demais agentes é necessária pois,

> "(…) the individual practices sympathy in order to gain his fellow's approbation and avoid his disapprobation. In this way, he (the agent) endeavors critically to examine his own behavior towards others and that of others towards himself. This is how the moral and behavioral rules that contribute to social cohesion are created."

Eis, então, que nasce o contrato de acordo com a teoria smithiana e que tais regras tornam-se necessarias para que haja vida em comunidade, cria-se uma consciência social, o que foi definido por smith como "o espectador imparcial"

3 O aspecto multidisciplinar – A Genealogia da Mão Invisível em Adam Smith

> "If we yield these things are done by Nature, and natural Instincts; yet still we must reply, Whence had Nature these several instincts; and if it acts and moves by a Law, who put this Law first into it, but He that made all things in Wisdom, and hath left the prints and footsteps of it in the several works of his hand. So Nature could never produce in so great a constancy such admirable effects, if it was not guided by some invisible hand." (BARKER, Matthew, 1674)

> "They are led by an invisible hand to make nearly the same distribution of the necessaries of life, which would have made, had the earth been divided into equal proportions among all its inhabitants, and thus without intending it, without knowing it, advance the interest of the society, and afford means to the multiplication of the species. When Providence divided earth among a few lordly masters, it neither forgot nor abandoned those who seemed to have been left out in the partition." (SMITH, Adam, 1982)

A economia, como ciência, tem seu ponto inicial definido pela publicação da obra de Adam Smith, A Riqueza das Nações em 1776. A partir de então, diz-se que a economia tomou um rumo único, definido por ela mesma, tornando-se independente das demais esferas de pensamento que antes tinham formado a base das teorias que a construíram.

O caminho da especialização é natural, o próprio Adam Smith afirmou isso, mas a negligência com fatores que tem tamanha influência no ambiente econômico, parece ser uma displicência que de fato não se restringe à economia, mas também às demais ciências sociais aplicadas. Para poder construir toda sua argumentação sobre o livre mercado Smith estudou profundamente as razões por trás desse modelo, de forma a entender a explicar suas origens, a sua transformação e suas consequências para a sociedade. Teria então a especialização desbancado, tornando desnecessário compreender o todo que engloba as trocas econômicas? Não!, respondo. A economia, como ciência, nasceu do estudo e compreensão de outros fatores que fogem da esfera mercantil. Para formular sua teoria de balança de pagamentos, David Hume estudou as relações entre sociedades, o comportamento de povos diferentes. John Locke, apesar de não entrar em detalhes puramente econômicos, sua teoria de direito de propriedade definiu o avanço de uma sociedade baseada no trabalho servil para uma fundamentada na venda da força de trabalho por salários e com isso fazendo girar as engrenagens do sistema de trocas. Por fim Adam Smith primeiro desenvolveu temas como astrologia, jurisprudência, filosofia moral, ética, para então escrever seu tratado econômico.

Se formos levar em conta outros grandes economistas, John Stuart Mill atrelou ao seu estudo econômico uma preocupação em compreender o aspecto qualitativo das relações econômicas, desenvolvendo teorias que seriam a base dos modelos teóricos de desenvolvimento econômico e equidade através do papel do Estado. Mill expos isso em sua obra "Of the Limits to the Authority of Society over the Individual" (MILL,1859), quando comenta que é legítimo o Estado intervir na liberdade quando nota-se que uma determinada falha de caráter é acentuada por falhas morais e clama que o Estado tem o dever, nesse caso, de corrigir isso,

> "There is no question here (it may be said) about restricting individuality, or impeding the trial of new and original experiments in living. The only things it is sought to prevent are things, which have been tried and condemned from the beginning of the world until now; things which experience has shown not to be useful or suitable to any person's individuality. There must be some length of time and amount of experience, after which a moral or prudential truth may be regarded as established: and it is merely desired to prevent generation after generation from falling over the same precipice which has been fatal to their predecessors." (MILL, John Stuart, 1977)

Do exposto na seção anterior, aliando a citação de Mill, fica fácil perceber a importância que os estudos sociais tem no desenrolar da pesquisa econômica.

Atualmente, no pensamento econômico o estudo das relações de troca com auxílio do estudo diferencial da matemática, o aprimoramento da ciência estatística, a formulação de um agente representativo, formaram caminhos que facilitaram inferências matemáticas, mas em contrapartida houve certo abandono, pela linha de pensamento dominante, dos estudos sociais como método auxiliar na compreensão do sistema econômico. Como ciência social, o que torna a economia única é justamente o fato dela permitir fazer a ponte entre os estudos qualitativos - embasados pela filosofia, sociologia e política – e a abordagem matemática. Abandonar os estudos qualitativos em detrimento de uma abordagem puramente numérica afastaria o estudo do seu propósito, sendo ele propor um estudo sobre economia.

Um dos maiores exemplos dessa marginalização é a interpretação simplista atribuída à mão invisível, conceito proposto por Smith em suas obras. Nos livros textos de economia, a mão invisível é caracterizada como o mecanismo por trás do livre-mercado que orienta a economia rumo ao equilíbrio, sendo as forças por trás desse movimento a orientação egoísta dos agentes, que agindo conforme lhes convém, livres de rédeas e limites, fariam a economia rumar para um equilíbrio que satisfaria à economia. Essa interpretação, porém, demonstra a mutação que o conceito de liberalismo econômico – livre-mercado e o comportamento do

agente econômico – primeiro proposto, formalmente, por Adam Smith, sofreu ao longo do tempo, e como tal conceito definido por ele ao longo do séc. XVIII e cuja definição é de extrema complexidade foi transformado em algo que descaracteriza, por completo, a teoria de Smith.

Como muitos pensadores à sua época, Smith via na física uma ferramenta que explicaria a relação entre indivíduos, dada sua proximidade com a filosofia natural, em voga na época. Como explicou EVENSKY (1993) e EVENSKY (2001), para Smith os grandes filósofos de seu tempo eram aqueles que conseguiam imaginar as engrenagens por de trás do funcionamento da sociedade e dentre eles, ressalta-se Issac Newton. Sua teoria de gravitação universal e corpos celestes serviu de inspiração para Smith trabalhar em sua "História da Astronomia", tanto é que Smith faz referência as obras newtonianas, como explica EVENSKY (1993),

> "There (em A Historia da Astronimia(1980, p104-105)), Smith assets that Newton's proposition of the connecting principles that order the physical universe "prevails over all opposition (...) with principles [that], it must be acknowledged, have a degree of firmness and solidity that we should look in vain for any other system."

Dessa forma, tendo visto a simplicidade e originalidade das obras de Newton e suas formulações condizentes e profundas, Smith procurou trabalhar da mesma forma e desenvolver tratados que tivessem impacto semelhante às obras de Newton. Tanto Newton quanto Smith acreditam que os princípios que conectavam pessoas – seja de tal forma que vivessem em sociedade, seja nas relações de troca – eram governados por uma entidade, um designer cuja inteligência, imaginação e habilidade superava de qualquer humano. Prova dessa forma de relacionar o pensamento filosófico, aproximando-o da física mas sem desvencilhar-se da ideia de indivíduo e seus aspectos éticos, é uma extração dos trabalhos de David Hume (Hume, 1947, p 143), mentor de Smith, que sumariza todo essa influência das formulações da física na filosofia natural,

> "Look round the world: contemplate the whole and every part of it: you will find it to be nothing but one great machine, subdivided into an infinite number of lesser machines, which admit of subdivision, to a degree beyond what senses and faculties can trace and explain. All of these various machines, and even their most minute parts, are adjusted to each other with an accuracy which ravishes into admiration all men (…) and that the author of nature is somewhat similar to the mind of men; although possessed of much larger faculties (…)"

Assim sendo, por trás das formulações dos teóricos liberais do Séc. XVIII, além das teorias e das bases do contrato social e direitos naturais discutidos na seção anterior, há a influência da física, que busca formulas e explanar os equilíbrios que existem naturalmente no mundo em que estamos. A ascensão das ciências exatas formaram a ponte que permitiria o agente através da dominação religiosa e limitação de sua liberdade, ao mundo onde existe uma entidade que coordena as engrenagens que movimentam o mundo mas desvencilhou-se dos ideais cristãos.

Foi essa transformação, com os avanços da física, que permitiu aos teóricos econômicos, a partir de Adam Smith, a construir suas formulações de equilíbrio geral dos sistemas, como descreveu CIQUEIRA(2006), "[O esforço] para formular um novo tipo de teoria social inspirou-se (...) na ambição de transpor para a filosofia moral o método proposto por Newton em sua filosofia da natureza". Smith, como grande autor econômico produziu sua teoria de equilíbrio geral explicando que, quando em equilíbrio de longo prazo, há pleno emprego pois os salários de subsistência são iguais ao salário corrente, o preço de mercado igual ao preço natural, e o lucro econômico do capitalista é zero. Esse processo tem sua inspiração construída pela teoria de gravitação e equilíbrio astral desenvolvida na física, e essa influência fica clara logo em sua primeira grande obra, História da Astronomia ([17XX], 1982), quando Smith discorre que,

> "(...)até mesmo nós, que estivemos empenhados em representar os sistemas filosóficos como meras invenções da imaginação (...), fomos imperceptivelmente seduzidos a fazer uso da linguagem que exprime os princípios conectantes deste sistema [newtoniano] como se fossem as cadeias reais de que a Natureza faz uso para unir suas várias operações (...)"

Sendo o resultado algo natural, quando não houvesse entraves para o desenvolvimento econômico e social que impedisse a sociedade a alcançar tal ponto.

O equilíbrio econômico de Smith aparenta simples mas por trás das engrenagens que movimentam a economia até o ponto de lucro econômico zero, está uma força complexa, onde misturam-se os mais variados campos, desde a psicologia do agente, sua formação moral e ética, a qualidade da matriz institucional, ou seja, não se trata apenas de um movimento econômico, mas um movimento social e à esse conjunto de forças, Adam Smith atribui o nome de mão-invisível.

Há autores que discordam quanto a verdadeira relevância do conceito na obra do Smith, como NOZICK(1994) ao afirmar que a mão invisível não possui grandes forças por trás, mas seria a força evolucionaria aos moldes darwinianos onde os agentes vão evoluindo sua forma de agir ao carregar as lições aprendidas no passado não só por eles como por seus antepassados.

Ainda que sua explanação fuja da abordagem aqui proposta, ainda percebemos que para o autor a mão invisível apensar de não possuir grande relevância, requer um determinado padrão ou estrutura institucional além de que nem sempre o resultado do processo é desejável. Outro a propor que o conceito não era relevante à Smith fora ROTHSCHILD(1994) onde a autora afirma que,

> "(...) Smith did not take the theory of the invisible hand entirely is that it abstracts from several of the problems with which he was most preoccupied in his political economy (…) the success of the invisible hand depends on whether people choose to pursue their own interests by political influence, by the use of force, or in other ways.

Rothschild propõe que Smith não atribuiu tamanha importância ao conceito citado apenas três vezes em suas obras, contudo a autora percebe e sabiamente explica que para seu funcionamento, deve haver uma matriz institucional desenvolvida, bem como boas normas de conduta através das quais os agentes possam perseguir seus interesses próprios dentro de regras previamente estabelecidas e sem ter espaço para que haja comportamentos oportunistas.

Como descrito na seção anterior Smith desenvolveu sua obra máxima, A Riqueza das Nações, ao final de todo um estudo teórico da sociedade e das motivações dos agentes à troca – seja troca em termos morais, sentimentais (simpatia) como trocas matérias – e o conceito da mão invisível é discutido ao longo de suas 3 principais obras e ao avaliarmos a forma como cada abordagem foi trabalhada, percebemos a evolução e maturidade da filosofia smithiana e como o desenvolvimento de seu estudo social transformou-se e foi sendo embutido nessas duas palavras que definiriam toda a obra de Smith.

As trocas eram motivadas pela perseguição dos interesses próprios de cada agente, todavia não era um egoísmo puro que complementaria as forças que impulsionam ao equilíbrio. O egoísmo por si não é suficiente, mas necessário. Aliado à simpatia de acordo com a definição smithiana, onde o agente age tem em mente as consequências de suas ações a terceiros e toma isso como uma restrição a determinados comportamentos, o egoísmo seria a força maior pela qual a sociedade se desenvolveria. A mão invisível permitiria a sociedade avançar do estágio primitivo ao mais desenvolvido, através da divisão do trabalho e especialização, a busca pelo interesse próprio é sem dúvida um combustível às engrenagens do sistema.

Do descrito até então, fora apontado que questões físicas, morais, éticas, econômicas e agnósticas parecem pertencer à força que equilibra o mundo. Ou seja, seria então a mão invisível mero conceito para explicar a igualdade entre oferta e demanda? Não!, caro leitor.

Se observamos atentamente como Smith introduziu tal conceito, vemos que as forças se misturam e em meio a um único conceito junta-se toda teoria smithiana. Do exposto, aparenta-se que o egoísmo não é o único ingrediente da mão invisível como motor do equilíbrio, prova disso é a explicação que Smith (1975, Teoria dos Sentimentos Morais Parte 4 Seção 1) oferece quando afirma que um rico por mais egoísta que seja, no limite não consumiria mais que um pobre,

> "[o homem rico] in spigte of their natural selfishness and rapacity (...) are led by an invisible hand to make nearly the same dovision of the necessaries of life, which would have been made, had the earth been divided into equal portions among its inhabitants, and thus without intending it, without knowing it, advance the interest of the society."

Ou seja, caso a mão invisível fosse o motor do desenvolvimento econômico, porque ela estaria limitando então e nivelando o consumo? De fato Smith via no egoísmo parte essencial para o desenrolar da sociedade rumo ao desenvolvimento mercantil, todavia por meio dessa passagem Smith deixa transparecer que a estabilidade depende "da aderência as regras da justiça e a uma distribuição mais equânime do consumo", afirmou OSLINGTON (2012). Smith em sua obra econômica tinha a preocupação de um desenvolvimento de longo prazo sustentável, muito devido à influência já discutida da proposição newtoniana onde os planetas não conseguem por si só gerar estabilidade, requer a participação de forças que iriam além da nossa compreensão por serem feitos de uma entidade similar ao homem mas com inteligência superior.

Assim, apesar de hoje nos livros textos tratarem o egoísmo e a mão invisível como fatores únicos de desenvolvimento e equilíbrio é desprezar as lições de Smith que tinha em mente a limitação da economia de mercado em gerar, ela mesma, as condições de estabilidade. Entraria então a mão invisível nesse caso para gerar o equilíbrio econômico e social, tendo como motor as engrenagens sociais e morais que regem a sociedade como um todo, ou seja, o indivíduo é o instrumento da mão invisível, mas o objetivo maior é a sociedade.

Doravante, como definiu EVENSKY (2005), a análise smithiana do requisito para uma sociedade liberal alcance sucesso é que haja, dentro de um sistema onde as pessoas e o mercado são livres, segurança para todos os agentes.

> "Society (...) cannot subsist among those who are at all times ready to hurt and injure one another (...). If there is any society among robbers and murderers, they must at least, according to the trite observation, abstain from robbing and murdering one another."

O interessante dessa passagem de sua obra é notar como o egoísmo é condicional à reação de terceiros às suas ações. Smith deixa claro que o egoísmo é necessário mas não suficiente. Assim, de novo fica claro em meio a obra do Smith que não bastaria egoísmo, livre mercado e pequenas participações do governo para que a mão invisível funcione. Requer que haja, antes de tudo, casamento entre os anseios e características da sociedade por si bem como a forma de governo e a magnitude de economia livre de restrições. A mão invisível então entraria em ação através dos indivíduos da própria sociedade de acordo com o código moral e ético oriundo do contrato.

Dessa forma, assim então definiria Smith (1759) a sociedade e sua complexidade:

> "Human society, when we contemplate it in a certain abstract and philosophical light, appears like a great, na immense machine, whose regular and harmonious movements produce a thousand agreeable effects. As in say other beautiful and noble machine that was the production of human art, whatever tended to render its movements more smooth and easy, would derive a beauty from this effect, and, on the contrary, whatever tended to obstruct them would displease upon that account: so virtue, which is, as it were, the fine polish to the wheels of society, necessarily pleases; while vice, like the vile rust, which makes them jar and grate upon one another, is as necessarily offensive."

5 O retorno às origens

No pensamento econômico moderno, as proposições clássicas possuem pouco espaço quando na discussão e reflexão acerca do sistema econômico vigente e a implementação de aspectos sociais à discussão econômica parece sofrer grande repreensão. Todavia, o trabalho aqui procurou mostrar, numa releitura dos clássicos e na formulação da teoria da mão invisível demonstrar que os teóricos clássicos tinham em mente que a economia é caracterizada por um conjunto de fatores que fogem do campo puramente econômico, incluindo reflexões sócias, filosóficas e morais. Adam Smith ao longo de toda sua vida, procurou compreender a fundo a natureza do agente antes de propor suas formulações econômicas e isso fica claro quando observamos a evolução da abordagem que Smith propõe à mão invisível. Smith tinha ciência dos problemas que envolviam a maioria das sociedades, como influencia comercial, natureza falha do ser humano que não conseguiria por si definir seus verdadeiros interesses, bem como influencia comercial nas políticas econômicas. Ou seja, falhas institucionais aliada ao caráter perverso do homem gerariam então a instabilidade necessária para fazer ruir a economia. Por conseguinte, não seria possível dependermos somente do egoísmo para nos desenvolvermos.

Dessa forma, a presente pesquisa procurou demostrar a riqueza de detalhes que aparece implícita por trás dos ideais libertinos e futuras pesquisas poderiam partir desse ponto e propor então uma releitura e uma nova abordagem da teoria econômica contemporânea e como reviver os ideais clássicos que parecerem perder espaço frente à especialização e matematização da ciência econômica.

Referências

CERQUEIRA, Hugo. A economia evolucionista: um capítulo sistêmico do pensamento econômico? Análise Econômica, v.20, p 55-79, 2002.

_____. A mão invisível de Júpiter e o Método newtoniano de Smith. Estudos Econômicos, São Paulo, v.36, n.4, p 667-697, 2006.

[1]_____.Adam Smith e seu contexto: o iluminismo escocês. Economia e Sociedade, Campinas, v.15, n1 (26), p 1-28, 2006.

[2]D'ALEMBERT *apud* CASSIER, 1994, p.20-21

DOBB, Maurice.[1975]. Theories of Value and Distribution since Adam Smith – Ideology and Economic Theory. Cambridge University Press

[7] EVENSKY, Jerry. Ethics and the Invisible Hand. Journal of Economic Perspectives – Vol.7, n.2, p 197-205, 1993.

_____. Adam Smith Lost Legacy. Southern Economic Jornal, 67 (3), 497-527.

_____. Adam Smith's "Theory of Moral Sentiments": On Morals and Why They Matter to a Liberal Society of Free People and Free Markets. The Journal of Economic Perspectives, Vol. 19, No. 3 (Summer, 2005), pp. 109-130.

[6] GIANNETTI, Eduardo [1994]. A psicologia do Agente Econômico em David Hume e Adam Smith . São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, artigo apresentado em conferência proferida na Universidade de São Paulo.

HUME, David. [1739-40]. A treatise of human nature. Ed. L. A. Selby-Bigge, revista por P. Nidditch. Oxford, Clarendon Press, 1978.[

_____. Essays Moral, Political, Literary, edited and with a Foreword, Notes and Glossary by Eugene E. Miller, with an appendix of variant readings from the 1889 edition by T.H. Green and T.H. Grose, revised edition (Indianapolis, Liberty Funds 1987)

JORGE, Ubiratan. Economia & Liberdade – A escola austríaca e a economia brasileira. Editora Inconfidentes, 1995.

LOCKE, John. Political Writings. Ed. D. Wootton, Penguin Books, 2003.
_____. Two Treatises of Government, ed Thomas Hollis (London: A. Millar, 1764)

MILL, John Stuart. *The Collected Works of John Stuart Mill, Volume XVIII – Essays on Political and Society Part I,* ed. John M. Robson (Toronto: University of Toronto Press, 1977). CHAPTER IV: Of the Limits to the Authority of Society over the Individual.

NOZICK, Robert. The American Economic Review, Vol. 84, No. 2, Papers and Proceedings of the Hundred and Sixth Annual Meeting of the American Economic Association (May, 1994), pp. 314-318

OSLINGTON, Paul. God and the Market: Adam Smith's Invisible Hand. Journal of Business Ethics, 2012.

[3]QUESNAY, François. *Tableau économique,* França. 1759.

ROTHSCHILD, Emma. Adam Smith and the Invisible Hand. The American Economic Review, vol. 84, n. 2, p 319-322, 1994

SCREPANTI, Ernesto, ZAMAGNI, Stefano. [2005]. An Outline of The History of Economic Thought. Oxford Press

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. Companhia das Letras. 2005
_____. Sobre Ética e Economia. Companhia das Letras. 1999
_____. A Idéia de Justiça. Companhia das Letras. 2011
_____. Rights, words, laws and constitutional interpretation, New Republic Jornal

SIMONSEN, Mario. Ensaios Analíticos. Editora FGV. 2ª Edição, 1994

[5] SMITH, Adam [1759]. Theory of Moral Sentiments. Indianapolis: Liberty Fund, 1982.
[4] _____ [1776]. An Inquiry into the nature and causes of the wealth of nations. Indianapolis: Liberty Fund, 1981.
_____ [1795]. Essays on Philosophical Subjects. Ed. W.P.D. Wightman. Indianapolis: Liberty Fund, 1982.

_____ [1755]. Lectures on Jurisprudence. Glasgow Edition of the Works and Correspondence Vol.5, Online Library of Liberty. Disponível em http://oll.libertyfund.org/title/196